



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA  
CURSO: CIÊNCIAS BIOLÓGICAS - LICENCIATURA**

**CICERA EDIGESCA TAVARES DE MATOS**

**REPRESENTAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS DE MORADORES RELOCADOS  
PELO PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO**

CAJAZEIRAS-PB

2020

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)  
Denize Santos Saraiva Lourenço - Bibliotecária CRB – 15/046  
Cajazeiras - Paraíba

M433r Matos, Cicera Edigesca Tavares de.  
Representações socioambientais de moradores relocados pelo Projeto  
de Integração do Rio São Francisco / Cicera Edigesca Tavares de Matos. -  
Cajazeiras, 2020.  
50f.: il.  
Bibliografia.

Orientador: Prof. Dr. Hugo da Silva Florentino.  
Monografia (Licenciatura em Ciências Biológicas) UFCG/CFP, 2020.

1. Vilas produtivas rurais. 2. Convivência com o semiárido. 3.  
Transposição do Rio São Francisco. 4. Meio ambiente. I. Florentino, Hugo  
da Silva. II. Universidade Federal de Campina Grande. III. Centro de  
Formação de Professores. IV. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU - 556.18

**CICERA EDIGESCA TAVARES DE MATOS**

**REPRESENTAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS DE MORADORES RELOCADOS PELO  
PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para obtenção do título de Licenciado em Ciências Biológicas.

Orientador: Dr. Hugo da Silva Florentino

CAJAZEIRAS-PB

2020

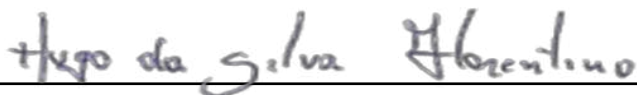
**CICERA EDIGESCA TAVARES DE MATOS**

**REPRESENTAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS DE MORADORES RELOCADOS  
PELO PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO**

Artigo apresentado à banca examinadora como requisito obrigatório para a obtenção do título de Licenciado em Ciências Biológicas da Universidade Federal de Campina Grande.

APROVADO em 10 de dezembro de 2020.

Banca Examinadora



---

Prof. Dr. Hugo da Silva Florentino – UACEN/CFP/UFCG  
Orientador



---

Prof. Dr. José Deomar de Souza Barros – UACEN/CFP/UFCG  
Membro Examinador I



---

Profa. Dra. Livia Poliana Santana Cavalcante- NEAD/ UNIESP  
Membro Examinador II

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, pela minha vida, e por me permitir ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo da realização deste trabalho.

Ao meu orientador e amigo Dr. Hugo da Silva Florentino por aceitar conduzir o meu trabalho de pesquisa, por toda orientação, apoio e paciência, obrigada por cada ensinamento e conselho.

Aos reassentados da Vila Produtiva Rural Quixeramobim que contribuíram com informações muito valiosas para a confecção deste trabalho durante as entrevistas.

A Banca Examinadora desta pesquisa, os Professores Dr. José Deomar de Souza Barros e Dra. Lívia Poliana Santana Cavalcante pela disponibilidade bem como as contribuições apontadas.

A minha família, meu alicerce, que sempre acreditou em mim, e mesmo muita das vezes distantes me deram força para caminhar e alcançar meus sonhos, sem vocês nada teria feito sentido.

Ao meu querido marido Fernando Vieira que sempre foi meu porto seguro, obrigada pelo incentivo, por ser meu companheiro nas madrugadas de estudo, pelas broncas, e por sempre acreditar em mim, e claro pela ajuda nas leituras cuidadosas do trabalho.

Aos meus irmãos de coração Degiane Batista e José Neto, por estarem sempre ao meu lado, me fazendo sempre ver o lado bom das coisas mesmo em momentos tão difíceis, e sempre me incentivando a alcançar os meus objetivos.

A todos os colegas da turma 2015.1, em especial Fernando e André por todo apoio, conversas, risos e choros compartilhados, ao longo de toda jornada acadêmica.

Aos meus amigos de uma vida José Fernandes e Wanderlânio, que mesmo distantes sempre compartilharam de boas conversas, e oraram por minha conquista.

Todos que de alguma forma fizeram parte da minha caminhada acadêmica e tem contribuição para esta pesquisa, o meu muito obrigado!

“Hakuna Matata”  
(Timão e Pumba)

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 01-</b> Nível de escolaridade e ocupação dos moradores da VPR Quixeramobim.....	17
<b>Tabela 02-</b> Informações relativo à faixa etária e o sexo dos moradores da VPR Quixeramobim.....	17
<b>Tabela 03-</b> Análise das respostas dos moradores da VPR Quixeramobim sobre os impactos negativos trazidos pelos PISF.....	20
<b>Tabela 04-</b> Análise das respostas dos moradores da VPR Quixeramobim sobre as queimadas e desmatamentos ocorridos na comunidade.....	21
<b>Tabela 05-</b> Análise das respostas dos moradores da VPR Quixeramobim sobre os problemas ambientais da comunidade.....	23
<b>Tabela 06-</b> Análise das respostas dos moradores da VPR Quixeramobim sobre o tratamento do lixo antes reassentamento.....	24
<b>Tabela 07-</b> Análise das respostas dos moradores da VPR Quixeramobim em relação a importância da área de preservação ambiental da vila.....	27
<b>Tabela 08-</b> Análise das respostas dos moradores da VPR Quixeramobim em relação ao acesso a água antes e depois da PISF.....	29
<b>Tabela 09-</b> Análise das respostas dos moradores da VPR Quixeramobim sobre os impactos positivos trazidos pelos PISF.....	30
<b>Tabela 10-</b> Análise das respostas dos moradores da VPR Quixeramobim em relação ao que mudou no tocante a criação de animais de onde viviam para onde residem atualmente.....	31
<b>Tabela 11-</b> Análise das respostas dos moradores da VPR Quixeramobim em relação ao que acha que poderia melhorar na comunidade pensando na melhoria do modo de vida.....	32
<b>Tabela 12-</b> Análise das respostas dos moradores da VPR Quixeramobim em relação aos meios que já desenvolveu após chegar na comunidade para melhorar a convivência com o local.....	34
<b>Tabela 13-</b> Análise das respostas dos moradores da VPR Quixeramobim em relação a quais são as oportunidades de trabalho na sua comunidade.....	35

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>APP</b>	Área de Preservação Permanente
<b>CEP</b>	Comitê de Ética em Pesquisa
<b>CFP</b>	Centro de Formação de Professores
<b>COOPERCUC</b>	Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá
<b>DME</b>	Desenvolvimento e Meio Ambiente
<b>EMBRAPA</b>	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
<b>FA</b>	Frequência Absoluta
<b>FR</b>	Frequência Relativa
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>ILPF</b>	Integração Lavoura-Pecuária-Floresta
<b>PB</b>	Paraíba
<b>PBA</b>	Projeto Básico Ambiental
<b>PEA</b>	Programa de Educação Ambiental
<b>PISF</b>	Projeto de integração do rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional
<b>PNRS</b>	Política Nacional dos Resíduos Sólidos
<b>RIMA</b>	Relatório de Impacto Ambiental
<b>SAB</b>	Semiárido Brasileiro
<b>UFMG</b>	Universidade Federal de Campina Grande
<b>UNIVASF</b>	Universidade Federal do Vale do São Francisco
<b>VPR</b>	Vila Produtiva Rural
<b>VMT</b>	Verba de manutenção temporária



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>DELINEAMENTO METODOLÓGICO .....</b>	<b>14</b>
<b>2.1</b>	<b>Área de estudo .....</b>	<b>14</b>
<b>2.2</b>	<b>Sujeitos da Pesquisa.....</b>	<b>15</b>
<b>2.3</b>	<b>Tipo de pesquisa .....</b>	<b>15</b>
<b>2.4</b>	<b>Instrumentos de coleta de dados .....</b>	<b>16</b>
<b>2.5</b>	<b>Instrumentos de tratamento e análise de dados .....</b>	<b>16</b>
<b>2.6</b>	<b>Aspectos Éticos .....</b>	<b>16</b>
<b>3</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÕES .....</b>	<b>17</b>
<b>3.1</b>	<b>Perfil da comunidade entrevistada .....</b>	<b>17</b>
<b>3.2</b>	<b>Expectativas, anseios e frustrações dos relocados pela Transposição .....</b>	<b>18</b>
<b>3.3</b>	<b>Impactos Socioambientais e prejuízos para a Comunidade.....</b>	<b>20</b>
<b>3.4</b>	<b>Importância e Conservação do Ambiente para a Comunidade.....</b>	<b>26</b>
<b>3.5</b>	<b>Protagonismo, Transformações e Convivência na Comunidade .....</b>	<b>28</b>
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>35</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>37</b>
	<b>APÊNDICES.....</b>	<b>42</b>
	<b>ANEXOS.....</b>	<b>45</b>

**Representações socioambientais de moradores relocados pelo projeto de  
integração do rio são Francisco**

**Social and environmental representations of residents relocated by the são  
Francisco river integration project**

Cícera Edigesca Tavares de Matos<sup>1\*</sup>, Hugo da Silva Florentino<sup>1</sup>

1- Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, PB, Brasil.

\* E-mail para contato: edigescaef@gmail.com

**RESUMO**

É no quadro de seca, fenômeno característico da Região Nordeste brasileira, onde as distintas relações ser humano e natureza se entrelaçam, que a implantação de uma grande obra com intuito de sanar a questão hídrica, vem fortemente associada a cenários de degradação ambiental e conflitos sociais. Assim o presente artigo tem por objetivo analisar a representação das famílias de Quixeramobim-PB desapropriadas pela PISF com respeito as inter-relações socioambientais de convivência com o semiárido. A pesquisa foi realizada com 50 moradores, no período de novembro de 2019 a novembro de 2020, através de uma abordagem quali-qualitativa e procedimentos técnicos de levantamento e do estudo de caso. Os resultados mostram que a implantação do projeto e a vasta modificação no meio ambiente trouxeram consequências aos realocados, tanto para a construção da sua identidade no seu novo território, como no desenvolvimento de meios para conviver no semiárido. As informações obtidas a partir desta pesquisa são de grande importância, pois a representação da comunidade aparece como uma ferramenta para se compreender diferentes concepções sobre o meio ambiente, tendo uma possibilidade de servir como registro a disposição tanto para a população, quanto para pesquisadores e agentes públicos que atuam na gestão do ambiente, abrindo espaço para uma reflexão para elaboração de futuras ações que englobem a participação, a conservação/preservação e convivência da comunidade com o semiárido.

*Palavras-Chaves:* Vilas Produtivas Rurais. Convivência. Transposição. Meio ambiente. Semiárido.

**ABSTRACT**

It is in the context of drought, a characteristic phenomenon in the Brazilian Northeast Region, where the different human and nature relationships are intertwined, that the implementation of a major project to solve the water issue, is strongly associated with scenarios of environmental degradation and social conflicts. Thus, this article aims to analyze the representation of the families of Quixeramobim-PB expropriated by the PISF with respect to the socio-environmental interrelationships of living with the semiarid. The survey was carried out with 50 residents, from November 2019 to November 2020, through a qualitative and quantitative approach and technical survey and case study procedures. The results show that the implantation of the project and the vast modification in the environment brought consequences to the relocated ones, both for the construction of its identity in its new territory, as well as in the development of means to live in the semiarid region. The information obtained from this research is of great importance, as the representation of the community appears as a tool to understand different conceptions

about the environment, having a possibility to serve as a record available to both the population, as well as researchers and agents audiences that act in the management of the environment, opening space for reflection for the elaboration of future actions that include the participation, conservation/preservation and coexistence of the community with the semiarid.

*Keywords:* Rural Productive Villages. Coexistence. Transposition. Environment. Semiarido.

## **1. INTRODUÇÃO**

Ao discutir sobre o Nordeste, não tem como não apresentar a especificidade dessa imensa região, por mais que se apresente em muitas bibliografias como uma região rica em Biodiversidade, a seca, a degradação das terras e a desertificação são processos bem presentes na dinâmica ambiental desta área, e afetam por diversas vezes a vida da população (Silva, 2003).

Segundo Conti & Schroeder (2013) os registros de secas estiveram presentes ao longo da história do Semiárido Brasileiro (SAB), diante disto, projetos de desenvolvimento ao combate à seca vêm sendo elaborados. É nesse quadro, característico da região brasileira, que um processo dito como indústria da seca, às ditas políticas de “combate às secas” se apresentam.

Menciona-se assim o Projeto de integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF), este por sua vez dividido em dois sistemas independentes, denominados eixo norte e eixo leste. O Relatório de Impacto Ambiental (Rima, 2004), traz que o projeto surge em virtude do objetivo de sanar o problema da desigualdade regional no que se diz respeito a questão hídrica que assola o SAB. Vale salientar que o município em estudo, São José de Piranhas, faz parte das obras do eixo Norte na integração (Morais, 2018).

É evidente que o PISF engloba impactos sociais e ambientais, envolvendo mudanças em terras e vegetações, que atingiram diretamente diversos municípios. De acordo com Bezerra (2015) o projeto vai atingir cerca de 12 milhões de pessoas, distribuídas entre 390 municípios, envolvendo quatro estados do Nordeste: Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Paraíba, em um recorte espacial empregue para demarcação das condições de semiaridez, o qual possui uma área de 877.630,2 km<sup>2</sup> de extensão, abrangendo 1050 municípios dessa região, área definida por lei que recebe o nome de “Polígono das Secas” (Troleis & Silva, 2018).

Com o projeto de integração, veio à tona o programa de reassentamento, pautado na construção das chamadas Vilas Produtivas Rurais (VPR's) nas regiões afetadas. As pessoas desapropriadas foram direcionadas a viverem nessas novas localidades de reassentamento, distribuídas em três VPR's no município de São José de Piranhas, intituladas de Jurema (atualmente Cacaré), Quixeramobim e Irapuá, com tamanhos e quantidades de famílias diferentes (Gonçalves, 2014).

Diante toda essa situação, baseando-se em Gonçalves & Sousa (2015) se fez necessário averiguar a ótica de moradores sobre as mudanças socioambientais envolvendo o PISF. Sobre isto, Paula, Silva & Goraraveb (2014) e Dictoro & Hanai, (2017) atribuem esse ponto como sendo essencial na interpretação das relações entre meio social e a natureza, sendo capaz de expor expectativas, satisfações, insatisfações, julgamentos e diversas condutas capazes de interferir no caminho da convivência, envolvendo uma educação contextualizada, um ponto fundamental na construção de um desenvolvimento sustentável no semiárido.

Dando ênfase ao paradigma da convivência com o Semiárido, Silva (2006) fala da necessidade de se ter meios de desenvolvimento, provido de sustentabilidade e que contribuam para a realidade do SAB. Baptista & Campos (2013) trazem que conviver com este significa viver, produzir e desenvolver-se, não dentro de uma mentalidade que promova e valorize apenas concentrações de bens, mas sim que reforce a justiça e a igualdade, querendo bem à natureza e cuidando de sua conservação.

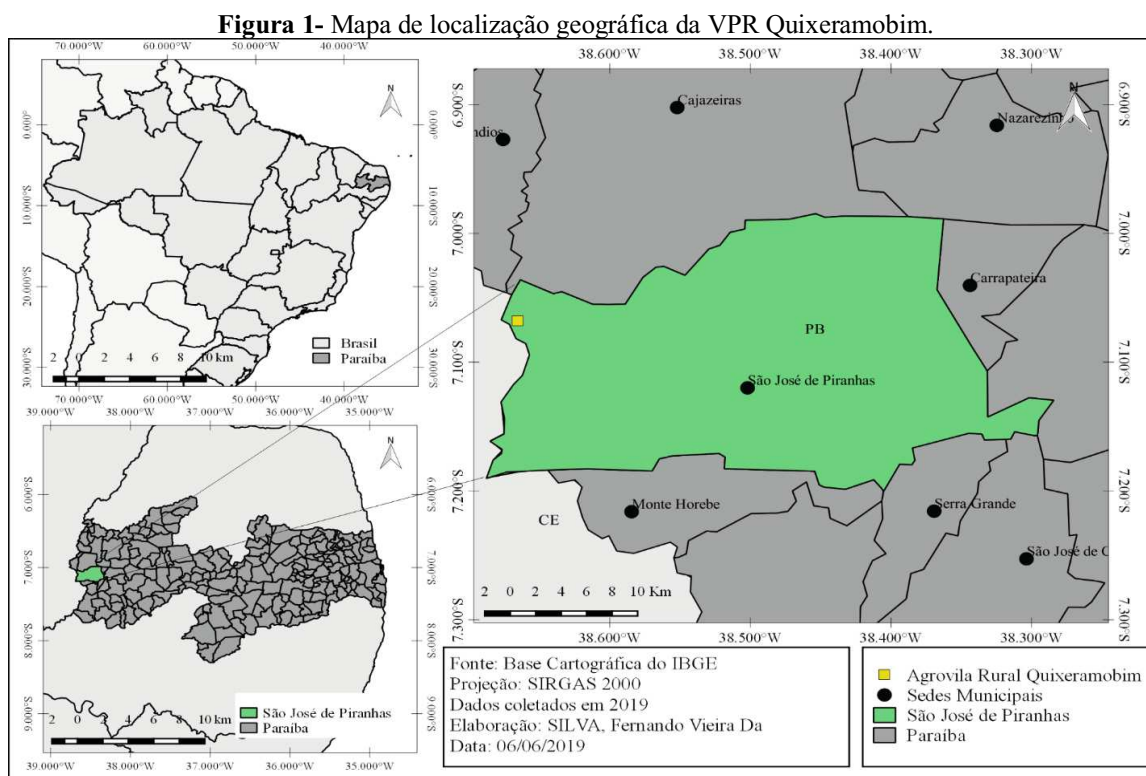
No caso da VPR de Quixeramobim, se faz necessário buscar compreender também o processo de reterritorialização desses sujeitos, por meio das suas relações com seu novo espaço de vivência, o que tem estrita relação nas formas como esses sujeitos entendem e convivem com o meio natural, este processo é entendido por Haesbaert (2005) como uma construção de novas relações com o novo local, reescrevendo novas territorialidades.

Diante do exposto, tem-se como objetivo geral deste trabalho analisar a representação das famílias de Quixeramobim-PB desapropriadas pela PISF com respeito as inter-relações socioambientais de convivência com o semiárido, assim como compreender como a reterritorialização das famílias relocadas estão sendo estabelecidas.

## 2. DELINEAMENTO METODOLÓGICO

### 2.1 Área de estudo

A VPR Quixeramobim está situada na extremidade oeste do município de São José de Piranhas-PB (Figura 1), próximo à divisa do município com o estado do Ceará, e possui uma área de 677,305 km<sup>2</sup> de acordo com IBGE (2020). Segundo um representante da associação da comunidade, esta é formada por 47 casas que fazem parte da construção do projeto VPR, todas pertencentes as famílias desapropriadas pelo PISF, e mais três residências construídas posteriormente, abrigo um total de 50 famílias.



Fonte: SILVA, F. V. da, 2018.

Para se orientar sobre o local de estudo se faz necessário falar da região como um todo até chegar no foco principal da pesquisa, o município de São José de Piranhas. Silva (2018) traz que o Município está localizado na Região Geográfica Imediata de Cajazeiras, na Região intermediária de Sousa-Cajazeiras. A população está estimada em 20.329 habitantes, e uma densidade demográfica de 30,01 hab./km<sup>2</sup> (IBGE, 2020).

Pertence ao semiárido nordestino e ao polígono das secas, tendo como principais características uma região semiárida com um clima quente e seco, as temperaturas são elevadas durante o dia, e diminuem durante a noite, com variações anuais dentro de um

intervalo de 23°C a 30°C (Rolim, 2014). O período pluvial é definido por duas estações, o período chuvoso onde as precipitações chegam a durar 3 a 5 meses e uma segunda estação caracterizada pela ausência de chuvas podendo durar de 7 a 9 meses, o que mostra a ocorrência de chuvas bastante irregulares. No que diz respeito ao relevo, o município se situa entre vales de serras. Quanto a sua vegetação trata-se da caatinga, caracterizada por plantas de pequeno porte, com galhos retorcidos, que perdem sua folhagem no período da estiagem como uma estratégia para racionar água armazenada em seu corpo (Gonçalves, 2014).

## 2.2 *Síntese da pesquisa*

A devida pesquisa ocorreu entre os meses de novembro de 2019 e novembro de 2020, com a comunidade da VPR Quixeramobim-PB, onde habitam aproximadamente 140 pessoas. Considerou-se uma amostra representativa de 50 habitantes, selecionados de forma aleatória de acordo com a disponibilidade dos entrevistados, com um único critério utilizado, sendo a exigência que os indivíduos participantes deveriam ser moradores reassentados pelo projeto.

## 2.3 *Tipo de pesquisa*

Tomando por base Silva & Meneses (2005) e Prodanov & Freitas (2013), para a realização da pesquisa utilizaremos a abordagem Quali-Quantitativa, onde na abordagem quantitativa se faz necessária a parte quantificável, ou seja, a modificação das informações obtidas para números e assim serem analisadas, e na abordagem qualitativa é considerado que existe uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito. De natureza básica, que objetiva gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista, do tipo descritiva que visa descrever as características de determinada população ou fenômeno, a partir de técnicas padronizadas de coleta de dados. Com procedimentos técnicos de levantamento que ocorre quando envolve a interrogação direta das pessoas, onde se tem como vantagem o conhecimento direto da realidade em estudo, e do estudo de caso que envolve o estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento.

#### 2.4 *Instruções de coleta de dados*

Tomando por base Marconi & Lakatos (2003) utilizou-se de entrevistas para obter as informações fundamentais à pesquisa, sendo este um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social. A entrevista utilizada se deu de forma estruturada onde fora seguido um roteiro previamente estabelecido (Anexo). Para isto foi formulado um roteiro de 22 questões abertas, este construído com perguntas que abordassem o perfil dos indivíduos, junto com questões que pudessem abordar tanto o lado social como ambiental acerca de certos posicionamentos da comunidade envolvendo o PISF. Optou-se por uma pesquisa domiciliar para questionamento dos participantes, por assim conseguir favorecer maior aproximação com os sujeitos de pesquisa tal como ter maior viabilidade da realidade dos assuntos explanados.

#### 2. *Instruções de organização e análise de dados*

O tratamento dos dados fora feito por meio da categorização de respostas, os dados foram tabulados e analisados com base nas respostas obtidas, as quais estão expressas em porcentagem, utilizando-se de tabelas construídas em editor de texto, a investigação das perguntas e das falas dos entrevistados foram avaliadas através da análise de conteúdo, onde ocorreu a pré-análise seguida do levantamento do material, indo para o estudo dos resultados, chegando a sua interpretação. Todo esse processo possibilitou mostrar o resultado da pesquisa acerca das entrevistas efetuadas na comunidade, estes puderam por si evidenciar aspectos visuais dos dados, de forma clara e de fácil compreensão (Bardin, 2010).

Houve conjuntamente uma análise descritiva do conteúdo, e com isso o uso de partes dos depoimentos das pessoas entrevistadas, que foram usadas no decorrer da discussão, afim de se ter uma melhor compreensão dos resultados. As devidas entrevistas foram registradas em áudio, posteriormente transcritas em forma de texto no Word, sendo assim tabuladas para começar o tratamento de dados.

#### 2. *Aspectos éticos*

A pesquisa proveniente deste estudo foi conduzida através de preceitos éticos que envolve a Resolução N° 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Centro de Formação de Professores (CFP), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), sobre o parecer n° 3.729.333.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

#### 3.1 *Perfíl da comunidade em pesquisa*

Para uma melhor compreensão do perfil da comunidade entrevistada, optamos por cruzar as informações relativas ao nível de escolaridade e ocupação, o que nos permitiu identificar que a maioria dos entrevistados da pesquisa são agricultores com o Ensino Fundamental I Incompleto (44 %) (Tabela 01).

**Tabela 01-** Nível de escolaridade e ocupação dos moradores da VPR Quixeramobim.

ESCOLARIDADE	OCUPAÇÃO											
	Agricultor		Dona de Casa		Estudante		Pedreiro		Vaqueiro		Vendedor	
	FA	FR (%)	FA	FR (%)	FA	FR (%)	FA	FR (%)	FA	FR (%)	FA	FR (%)
Analfabeto	2	4,00	2	4,00	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundamental I Incompleto	22	44,00	4	8,00	-	-	1	2,00	-	-	-	-
Fundamental II Incompleto	5	10,00	-	-	2	4,00	-	-	1	2,00	-	-
Ensino Médio Incompleto	3	6,00	-	-	1	2,00	-	-	-	-	-	-
Ensino Médio Completo	3	6,00	-	-	1	2,00	-	-	-	-	1	2,00
Ensino Superior Incompleto	-	-	-	-	2	4,00	-	-	-	-	-	-
<b>Σ =</b>	<b>35</b>	<b>70</b>	<b>6</b>	<b>12</b>	<b>6</b>	<b>12</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>2</b>

(FA= Frequência Absoluta/ FR= Frequência Relativa/ Σ= Somatório de categoria) **Fonte:** dados da pesquisa, 2020.

Quanto a distribuição dos sujeitos da pesquisa por sexo e segundo o grupo de idade (jovens, adultos e idosos) classificação de faixa etária adotada pelo IGBE, percebe-se que a amostra estudada, no geral, é formada por homens (34%) e mulheres (36%), com idades entre 20 a 59 anos, embora, também, existam jovens e idosos na composição dos sujeitos de nossa pesquisa (Tabela 02).

**Tabela 02-** Informações relativo à faixa etária e o sexo dos moradores da VPR Quixeramobim.

FAIXA ETÁRIA	SEXO			
	Masculino		Feminino	
	FA	FR (%)	FA	FR (%)
Jovens (até 19 anos de idade)	4	8,00	2	4,00
Adultos (entre 20 a 59 anos de idade)	17	34,00	18	36,00
Idosos ( $\leq$ 60 anos de idade)	4	8,00	5	10,00
<b>Σ =</b>	<b>25</b>	<b>50</b>	<b>25</b>	<b>50</b>

(FA= Frequência Absoluta/ FR= Frequência Relativa/ Σ= Somatório de categoria) **Fonte:** dados da pesquisa, 2020.



Após termos o cruzamento do perfil dos reassentados, foi possível ter um entendimento mais aprofundado, possibilitando compreender por exemplo, como a profissão de agricultor, vista como mais predominante, junto com o baixo nível de escolaridade podem justificar a falta de informações de práticas sustentáveis, ou de entendimento sobre o combate à seca, e de processos de desertificação.

Esses fatores e dados também podem ser vistos em outras comunidades de formas bem semelhantes, como na pesquisa exposta por Pereira (2016) na VPR Lafayette localizada em Monteiro-PB, onde a maioria dos reassentados se enquadram como agricultor e possuem na sua maioria apenas ensino fundamental incompleto. O autor traz que a baixa escolaridade é um fator que influencia diretamente na tomada de decisões para o fortalecimento da comunidade, em relação a mudanças benéficas ao meio ambiente e a população.

### 3.2 Expectativas anseios e frustrações das recas e a Transição

Quando questionados sobre as expectativas de morar na VPR a maioria dos entrevistados (48%) mostrou ter boas perspectivas em relação as possibilidades que o novo local poderá oferecer. Entretanto, houve um considerável número de moradores que afirmaram não ter nenhuma expectativa (42%), ou, ainda, preferiram não falar sobre o que esperam desse novo lugar (10%). Dos entrevistados que apresentaram boas expectativas, destaca-se a fala da moradora de 33 anos: “Foi além do que eu pensava, eu tinha uma visão que seria ruim só que quando você passa a conviver é melhor do que se pensa”, e a da moradora de 55 anos: “Aqui tá sendo ótimo, todo mundo perto e nas suas casinhas”.

É oportuno destacar que algumas expectativas dos moradores se baseiam no que o projeto assegurou executar na comunidade, como por exemplo a questão de terras irrigadas. Segundo Silva (2015) os moradores tiveram direito a lotes agrícolas com uma área em média de 5,9280 hectares, sendo este dividido em duas partes, 1,00 hectare dessa área citada será destinada a irrigação, sendo entregue pronto para plantio, com uma estrutura toda montada. Já o restante da área adquirida pelos moradores é conhecido como meio sequeiro, destinada para um cultivo sem irrigação, onde o uso para agricultura só acontece nos períodos de chuvas, além do uso para criação de animais. Essa segunda porção é de responsabilidade total dos reassentados para cercar ou fazer alguma instalação para plantio. O empasse ressaltado é que a entrega tão esperada da área irrigada ainda

não aconteceu, como mostra a fala de um dos moradores: “Foi o que eles prometero né! os lotes de irrigação aí, vão entregar rigado, aí nós tamo esperando isso aí, vamo ver o que vai dar né, pra melhorar as coisa (Morador, 47 anos).

Verificou-se com os moradores que responderam “Não” ao questionamento das expectativas da nova moradia algumas insatisfações, a destacar: a questão do abastecimento de água sem tratamento correto, “Eu só achei aqui meio descontrolado e a água aqui que num tem pra beber tratada” (moradora 49 anos); não possuir rios como na antiga moradia “Onde a gente morava a gente era mais livre, tinha os rios e os açudes que a pessoa podia ir olhar, tomar banho aqui não tem nada disso” (moradora, 27 anos); demora na oficialização dos proprietários das casas e terras “Eu pensei que era de um jeito e é de outro, eu pensei que quando entrasse nessas casa já era da gente, a gente já podia mandar e realmente a gente não pode mandar, as terra só é nossa mermo com 5 anos, a gente não pode sair, a gente tem que ficar aqui nessa casa até completar 5 anos se não perde tudo” (Moradora, 54 anos).

Outra insatisfação citada foi devido as mudanças em relação a criação de animais e a utilização de queimadas no processo de limpeza do novo local de vivencia, como enfatiza um morador de 41 anos: “Eu num achei que ia ser a mesma coisa de lá, porque nas reunião a gente uvia eles dizer, num pode né criar isso tal e solto, e sobre queimação também dentro da vila num pode”. Essa mudança para criação de animais pode ser vista como um impasse no que diz respeito a luta do reassentado no processo de reterritorialização.

Sobre as queimadas, muitos agricultores tradicionalmente na hora de preparar o roçado, utilizam a fogo (queimada) para limpeza e preparação do solo para plantio. A prática, embora culturalmente utilizada por agricultores traz impactos ao ambiente (semiárido), pois desgasta o solo (ao destruir a matéria orgânica), a microfauna associada, e também a saúde da comunidade (o fogo prejudica a qualidade do ar, traz danos à saúde humana e também do ambiente), sem falar das questões de ordenação jurídica, onde a prática de queimada constitui crime ambiental.

Sobre essa questão é importante destacar que o agricultor não faz isso por "maldade", mas por desconhecer a dimensão dos prejuízos que tal ação traz ao ambiente e, conseqüentemente, a ele próprio, pois desequilibra a relação ser humano-natureza. Vale frisar a importância de realizar um manejo do solo com práticas sustentáveis, que inclusive, tornam mais eficiente a produção agrícola familiar.

Essas expectativas, anseios e frustrações ocorreram em outras comunidades de relocados pela transposição, como esclarecem Buarque & Campelo (2020) após visitarem 18 Vilas Produtivas Rurais do Projeto de Transposição do Rio São Francisco, e elencarem dificuldades e expectativas dos relocados acerca da nova morada.

### 3.3 Impactos Socioambientais e Recursos para a Comunidade

Quando se traz à tona estudos sobre obras de tamanha intensidade como o PISF, os impactos socioambientais são pontos indispensáveis de se comentar, pois afetam diretamente a natureza e os expropriados. Oliveira (2007) traz que esses impactos envolvem mudanças no meio ambiente, impactando de forma direta ou indireta a qualidade de vida, seja ela em relação a saúde humana, a economia, ou em relação a qualidade dos recursos ambientais.

Alves & Nascimento (2009) exaltam que o PISF traz consigo impactos negativos que irão refletir na existência de populações, relacionados com transtornos populacionais, impactos ambientais e socioeconômicos, com isto os moradores foram questionados sobre os impactos negativos trazidos pelo PISF, entre os diversos citados tiveram destaque, mais da metade que relatou não enxergar nada de negativo (38%), (20%) falou abandonar o lugar de origem e ainda (14%) que não soube responder (Tabela 03).

**Tabela 03** - Análise das respostas dos moradores da VPR Quixeramobim sobre os impactos negativos trazidos pelo PISF.

<b>Categorias de análise</b>	<b>Unidades de contexto</b>	<b>FA</b>	<b>FR (%)</b>
Falta de água potável	“A água pra beber me preocupa demais, você não vive sem água” (Moradora, 49 anos)	2	4,00
Falta de autonomia	“Terem o pé em cima de muita coisa, o caba não pode mandar, tem que se limitar, antes a gente era liberto” (Morador, 58 anos)	2	4,00
Deixar o lugar de origem	“De lá ficou só a saudade” (Moradora, 55 anos)	10	20,00
Forma de criações de animais	“Ficou ruim pra criar os bichos, antes criava solto” (Morador, 57 anos)	1	2,00
Desmatamento da antiga moradia	“Terem acabado com o lugar que a gente morava, terem desmatado pra nada” (Moradora, 19 anos)	2	4,00
Poluição Sonora	“Rapaz, só a bagunça na vila que é grande, muita zuada, pro povo que é idoso turmenta” (Morador, 77 anos)	3	6,00
Estradas ruins	“A parte do acesso a estrada que eles não fizeram como disseram” (Morador, 32 anos)	1	2,00
Distância da cidade	“A distância da vila pra cidade ficou ruim” (Morador, 22 anos)	1	2,00
Queimadas	“As queimadas que tem muito, a fumaça perturba muito a gente” (Moradora, 57 anos)	1	2,00

Desmatamento	“A desmatamento daque prejudicou tanto os animais como os vegetais” (Morador, 14 anos)	1	2,00
Nada de negativo	“Eu mermo não vi nada de negativo” (Moradora, 64 anos)	19	38,00
Não souber responder	-	7	14,00
		<b>Σ=</b>	<b>50 100</b>

(FA= Frequência Absoluta/ FR= Frequência Relativa/ Σ= Somatório de categoria) **Fonte:** dados da pesquisa, 2020.

Outra indagação feita aos moradores foi se existia na comunidade ou em seu entorno muitas queimadas e desmatamento, onde 76% dos entrevistados responderam que sim, 22% responderam não ter nada disso na região, e apenas 2% não souberam responder ao questionamento. Ainda em relação ao questionamento anterior perguntou-se sobre o que eles pensavam sobre essas queimadas e desmatamento, e 34% dos moradores acham errado, porém para 30% dos entrevistados o ato de desmatar e queimar ocorre por necessidade, e mesmo achando errado muitos deles não veem outro modo de desenvolver a agricultura sem agredir o meio ambiente. É evidenciado também que alguns moradores possuem uma certa consciência sobre a natureza, até ao ponto de algumas vezes apenas brocar e não queimar na tentativa de diminuir os danos causados no solo, mas como se torna mais trabalhoso, acabam por retornarem à opção de queimar (Tabela 04).

As falas desses moradores podem ser reforçadas por Feitosa *et al.* (2013) quando relata que a agricultura desenvolvida no SAB, na maioria das vezes utiliza-se de práticas tradicionais, tais como desmatamento, queima da vegetação, onde geralmente o preocupante é que ocorre o cultivo das áreas até ocasionar a exaustão da fertilidade natural do solo, o que acarreta problemas a nível social, econômico e principalmente ambiental.

**Tabela 04-** Análise das respostas dos moradores da VPR Quixeramobim sobre as queimadas e desmatamentos ocorridos na comunidade.

<b>Categorias de análise</b>	<b>Unidades de contexto</b>	<b>FA</b>	<b>FR (%)</b>
Errado	“É mais fácil queimar mesmo sendo errado” (Moradora, 27 anos)	17	34,00
Faz porque precisa	“Todo tempo nois fizemo, nois vivia de agricultura, era plantando roça, brocando e queimando mermo, mais a gente broca queima por teimosia da gente, desde cedo, costume” (Morador, 67 anos)	15	30,00
Prejudica a vegetação	“É uma forma de poluir o meio ambiente cada vez mais, prejudica a vegetação” (Moradora, 33 anos)	4	8,00
Prejudica o solo	“Está danificando o solo cada vez mais” (Moradora, 33 anos)	2	4,00
Falta de responsabilidade	“Muita falta de responsabilidade dos agricultores” (Morador, 14 anos)	3	6,00
Não souber responder	-	9	18,00
		<b>Σ=</b>	<b>50 100</b>

(FA= Frequência Absoluta/ FR= Frequência Relativa/ Σ= Somatório de categoria) **Fonte:** dados da pesquisa, 2020.

Quando indagados se essas queimadas e desmatamentos prejudicam o meio ambiente e a qualidade de vida dos moradores, 80% dos entrevistados disseram que “Sim”, enquanto 10% respondeu que “Não” e 10% não soube responder ao questionamento. Nesse contexto é importante pontuar que os moradores demonstram maior preocupação e prioridade quanto à qualidade de vida do que o receio acerca dos males causados ao meio ambiente, pois apenas 4% relatou sobre a morte da fauna e mais 4% falou sobre poluição, enquanto um percentual de 20% não soube responder.

Dos moradores que afirmaram que as queimadas e desmatamentos prejudicam o meio ambiente e a qualidade de vida, 72% reclamaram de problemas de saúde, como diz uma moradora de 33 anos: “Quando tem uma queimada fica todo mundo sufocado”. Sobre isso, Gonçalves, Castro & Hacon (2012) dizem que às queimadas influenciam em fatores que podem ter um ou mais efeitos diretos e indiretos, trazendo consequências aos ecossistemas, alterando o equilíbrio e até mesmo a saúde da região afetada.

Diante o exposto, Anjos (2009) alerta para a necessidade de se começar a pensar em “Roças ecológicas”, seguindo todo o processo de modelos agroecológicos. Este realça a importância por optar por esse cultivo onde não se queima a terra nem se usa venenos ou adubos químicos, muito prejudiciais à vida humana, vegetal e também animal, e que a consequência do uso da agricultura orgânica fortalece no aparecimento de roças permanentes, já que diferente da agricultura tradicional, onde no fim do processo a terra fica sem vida, o uso da roça ecológica permite estabelecer o equilíbrio ecológico e com isso o mesmo terreno pode ser reutilizado para cultivos futuros.

Os moradores foram questionados também se na comunidade existiam muitas árvores frutíferas e o que estes achavam sobre isso, pois à primeira vista não se percebe no local quase nenhuma árvore deste tipo. Ao serem indagados, 100% dos moradores afirmaram sentir falta dessas árvores e que se deveria plantar mais, estes atribuem não plantar essas árvores devido a insuficiência de água, pois a quantidade de água que é disponível para a comunidade acaba por suprir apenas as principais necessidades dos moradores, como para beber e para afazeres domésticos, não sendo suficiente para ser usada em outras ações, a exemplo do plantio de árvores frutíferas. Sobre isso, um morador de 58 anos relata: “É um fracasso, todo mundo deveria plantar uns pezinhos de frutas, se eu tivesse água favorável eu tinha muita coisa”.

Sobre a execução do projeto no município, Albuquerque, Gonçalves & Sousa (2013) enfatizam que foi desapropriada inicialmente uma área de 5.255,58 hectares de terra, o que revela uma enorme dimensão de ambientes impactados, toda essa área tratava-

se de locais de moradia dessas pessoas, assim como áreas de vegetação natural, e até mesmo áreas de cultivo, inclusive de fruteiras como relatou um morador, 57 anos: “Onde eu morei tinha muito pé de manga, por exemplo, aqui podia ter mais, lá onde eu morava tinha baixio com 20 a 30 pé de manga imendado, aqui num tem”. Essas áreas denominadas pelos moradores de baixio, são geralmente áreas com grande quantidade de água no solo devido à proximidade de rios, riachos e açudes, ficando propícios para plantações de árvores frutíferas.

Em outro momento um morador de 22 anos expõe sua opinião dizendo: “Eu acho que deveria ter tido uma iniciativa do projeto pra quando a gente já tivesse aqui, antes eles já tivessem plantado algumas árvores”. Em uma entrevista com outra moradora, 33 anos se pode perceber a iniciativa de algumas pessoas da comunidade para amenizar esse problema: “A gente tá montando um projeto, que seria o “Semente do amanhã”, a própria associação distribuir duas ou três mudinhas de planta frutífera, caju ou acerola por exemplo, e distribuía pra cada morador plantar”, o que preocupa é que o problema não é ter acesso as mudas e sim a água suficiente para manter a plantação.

Outro questionamento feito aos entrevistados foi sobre os problemas ambientais que eles enxergavam na comunidade. Os problemas mais vistos pelos moradores foram as queimadas (34,18%), o uso de agrotóxicos (24,05%) e os desmatamentos (22,78%) (Tabela 05). É oportuno destacar, que se nota com isso que os moradores têm consciência dos principais impactos ambientais que ocorrem no lugar, porém não enxergam meios para mudar suas ações, assim, as queimadas, desmatamentos e agrotóxicos aparecem como indispensáveis. Neste questionamento foi permitido aos sujeitos citar mais de um problema.

**Tabela 05-** Análise das respostas dos moradores da VPR Quixeramobim sobre os problemas ambientais da comunidade.

<b>Categorias de análise</b>	<b>FA</b>	<b>FR (%)</b>
Desmatamento	18	22,78
Queimadas	27	34,18
Agrotóxico	19	24,05
Resíduo em local desapropriado	2	2,53
Poluição Sonora	1	1,26
Nenhum	3	3,80
Não soube responder	9	11,40
<b>Σ=</b>	<b>79</b>	<b>100</b>

(FA= Frequência Absoluta/ FR= Frequência Relativa/ Σ= Somatório de categoria) **Fonte:** dados da pesquisa, 2020.

Em relação à pergunta anterior, sobre os problemas ambientais que eles enxergavam na comunidade, os moradores foram indagados sobre quais destes problemas ambientais eles consideravam como mais preocupante. Como problema principal apresentou-se o uso de agrotóxicos com 48%. Outros pontos citados como preocupantes foram as queimadas (24%), e o desmatamento (6%).

Segundo Fearnside (2005) as ações que envolvem queimadas e desmatamentos levam a fortes impactos, variando de perda de biodiversidade, emissões de gases, perda de nutrientes no solo o que acarreta a perda de produtividade agrícola levando os moradores a buscarem novas áreas não impactadas que disponham de nutrientes para cultivo. Anjos (2009) traz que tudo isso reflete na qualidade de vida da sociedade, e menciona que essas ações acarretam numa desarmonia entre natureza e homem.

Outra investigação feita durante a entrevista foi em relação ao descarte do lixo, onde perguntou-se o que mudou de onde eles moravam para o novo local onde vivem atualmente. Para esse questionamento vale salientar que se levou em consideração a quantidade de famílias e não de indivíduos, no caso o percentual de 24 diferentes moradias aos quais pertenciam os 50 entrevistados.

Como na maioria das zonas rurais não é disponibilizada coleta de lixo, destaca-se que 58,34% das famílias responderam que antes de se mudarem para a VPR só queimavam os resíduos orgânicos e inorgânicos, enquanto outra parte correspondente a 33,34% queimava ou descartava no meio ambiente (Tabela 06). Assim, atentamos para a Lei de Crimes Ambientais, nº 9.605 de 1998, que fala que todo e qualquer dano ao ambiente é dado como crime. Segundo Borda (2015) a queima de resíduos doméstico, emite poluição na forma de fumaça que pode causar risco de incêndio para as habitações locais, assim como destruir a vegetação, e também causa a morte de animais.

**Tabela 06-** Análise das respostas dos moradores da VPR Quixeramobim sobre o tratamento do lixo antes reassentamento.

<b>Categorias de análise</b>	<b>FA</b>	<b>FR (%)</b>
Queimava ou descartava no meio ambiente	8	33,34
Só queimava	14	58,34
Só descartava	1	4,16
Enterrava	1	4,16
<b><math>\Sigma</math>=</b>	<b>24</b>	<b>100</b>

(FA= Frequência Absoluta/ FR= Frequência Relativa/  $\Sigma$ = Somatório de categoria) **Fonte:** dados da pesquisa, 2020.

Indagados sobre como eles descartam o lixo atualmente já morando na nova comunidade, 100% das famílias entrevistadas citaram ter um caminhão de coleta que passa toda quinta-feira na VPR e faz a coleta dos materiais. Segundo o presidente da associação o caminhão é enviado pela prefeitura de São José de piranhas, que recolhe e encaminha o lixo para ser depositado no lixão da mesma, tratando-se de um de vazadouro a céu aberto.

Vale salientar que a instituição da Lei N° 12.305, de 2 de agosto de 2010, referente a Política Nacional dos Resíduos Sólidos-PNRS, tem como objetivo promover o recolhimento e destinação ambientalmente correta dos resíduos, assim como também incentivar a política dos 4rs (Reduzir, Reutilizar, Restaurar, Reciclar). Soares (2017) destaca a importância dessa política como método na implementação da coleta seletiva, assim como a diminuição no consumo desenfreado, no incentivo a compostagem e no processo de aproveitamento energético dos resíduos com uma destinação final adequada.

Quando questionados sobre a perda de vínculo com sua a terra após o PISF, os relatos dos moradores foram distintos, onde 48% dos entrevistados afirmaram não ter sentido nenhum impacto, relataram que antes moravam de favor em terras ou casas de outras pessoas, como mostra o depoimento: “Ah! Pra sair de onde eu morava pra vir pra cá, eu achei bem melhor, porque, a gente morava de favor, a gente não tinha terra nem casa, hoje a gente já pode dizer que tem né? (Moradora, 55 anos).

Para 44% dos realocados foi ruim pois perderam o vínculo com a terra, a qual sentem muita saudade, como mostra as falas a seguir: “A gente sente a lembrança do lugar né, que você sabe que o lugar que se cria pode ser em cima de uma peda você num esquece não, você foi nascido ali, você anda por todo canto mais num esquece do lugar não” (Morador, 77 anos). Os outros 8% não responderam a indagação.

Ao se falar sobre a antiga moradia, e ao questiona-los se existisse uma oportunidade de retornar a esse antigo lugar, se o fariam, foi um momento em que muitos moradores se emocionaram, e 42% deles afirmaram que voltariam para o antigo lugar, como fala uma moradora, 31 anos: “Ixi (choro...) a pessoa gosta né, construí minha família, o lugar que eu mais gostei, tenho saudade”. Para Tuan (2015) o sentimento de pertencimento expresso pelo saudosismo dos moradores, pode ser correlacionado ao conceito de topofilia, que para o autor, refere-se a um laço afetivo entre a pessoa e o lugar, principalmente, a importância que esse sentimento pode se tornar quando se confronta com o processo de reterritorialização.



Para os moradores que afirmaram não ter vontade de não voltar (46%), explicaram que agora são proprietários de casa e terra, e que apesar de enfrentarem dificuldades, como a falta de água, e as diversas mudanças em vários hábitos e costumes, o fato de ter nas mãos algo pra chamar de seu se sobressai, como destaca a fala de um realocado, 77 anos: “Voltava não, porque aqui tô em cima do que é meu”. E ainda 6% que não respondeu ao questionamento.

### 3.4 Integração e Conservação do Ambiente para a Comunidade

O Projeto de integração é a junção de vários projetos básicos, entre eles o Projeto Básico Ambiental (PBA). O Ministério da Integração Nacional (MIN, 2010) traz que o PBA é constituído de programas ambientais e condicionantes, organizados em quatro grupos: os estratégicos ou de ampla articulação, que buscam analisar conflitos socioambientais e a formação de capacidades da comunidade; programa para o meio físico, que observa o cumprimento das exigências ambientais; grupo para meio biótico, que consiste em programas ambientais relacionados à fauna silvestre e à flora, e os programas que visam o meio antrópico, os quais objetivam a melhoria das condições socioeconômicas da população. Segundo Silva (2015) esses programas visam harmonizar a futura exploração dos sistemas produtivos assim como a conservação e conscientização ambiental local.

No meio da comunidade se encontra uma área verde dada como Área de Preservação Permanente (APP)<sup>1</sup>, referente a reserva legal, área está onde os moradores são proibidos de desmatar, queimar ou realizar qualquer outra ação que não seja de uso sustentável. Sobre esta área foi indagado aos entrevistados se eles consideravam importante a mesma para a comunidade. A grande maioria dos moradores (84%) reconhecem a importância das áreas ambientais, embora 16% considerem não ser importante ou optaram por não responder o questionamento.

Ao serem perguntados sobre o porquê acham importante a área verde da comunidade, os moradores destacaram que, serve de refúgio para os animais, desperta a conscientização dos moradores, é um local de sombras agradáveis, as árvores ajudam a frear as ventanias, além de ser uma área natural da comunidade, que preserva um riacho

---

<sup>1</sup> De acordo com o Código Florestal (LEI nº 12.651/2012), a qual no art. 3 define Área de Preservação Permanente-APP como: “Área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.” (Brasil, 2012).

que passa no meio. Os moradores que disseram não enxergar importância na APP, deram a justificativa que atraia muitos insetos para as casas e que as árvores tiravam a visibilidade das casas. Isto pode ser observado na tabela 07.

Sobre a importância da preservação dessas áreas Anziliero (2014, p. 17) traz que:

As áreas de preservação não têm apenas a função de preservar a vegetação ou a biodiversidade, mas uma função ambiental muito mais abrangente, voltada, em última instância, a proteger espaços de relevante importância para a conservação da qualidade ambiental e, assim, também garantir o bem-estar das populações humanas.

**Tabela 07-** Análise das respostas dos moradores da VPR Quixeramobim em relação a importância da área de preservação ambiental da vila.

<b>Categorias de análise</b>	<b>Unidades de contexto</b>	<b>FA</b>	<b>FR (%)</b>
Refúgio para os animais	”Pros bichim da natureza né, olhe como é tão lindo a gente ouvir os bichim cantando, voando, é importante (choro...) chega a dar emoção” (Morador, 59 anos)	16	32,00
Despertar a conscientização	“Se não tivesse essa área muita gente ia ter liberdade de desmatar” (Morador, 14 anos)	4	8,00
Sombras agradáveis	“Sombra pra pessoas e pra os animais” (Moradora, 31 anos)	3	6,00
Freia as ventanias	“Muito vento forte que vem diminui pelas árvores” (Morador, 48 anos)	1	2,00
Área natural na comunidade	“É área natural né, refúgio dos animais” (Moradora, 37 anos)	5	10,00
Preserva o riacho que passa no meio	“Permite que ele passe mais tempo cheio” (Moradora, 26 anos)	6	12,00
Causa muitos insetos nas casas	“Porque dar inseto, é um erro no meio da vila” (Morador, 77 anos)	2	4,00
Tira a visibilidade das casas	“Era pra ser desmatado, as casas fica dentro dos mato” (Moradora, 30 anos)	2	4,00
Não souber responder	-	11	22,00
	<b>Σ=</b>	<b>50</b>	<b>100</b>

(FA= Frequência Absoluta/ FR= Frequência Relativa/ Σ= Somatório de categoria) **Fonte:** dados da pesquisa, 2020.

Ao analisarmos com os moradores se eles acreditavam que as pessoas tinham o direito de modificar o ambiente natural para suprir as suas necessidades, 40% disseram que “Sim”, enquanto que 50% disse que “Não” e 10% não souberam responder.

Ao se observar esses questionamentos e analisar diversas falas, percebe-se que grande maioria dos que afirmam não achar correto, mesmo com essa afirmação, continuam a modificar o meio ambiente, mesmo sabendo dos prejuízos, afirmaram que essa é a maneira mais prática de lidar na agricultura, como fala a moradora de 27 anos: “Se não for desmatando não tem como plantar, hoje em dia sem fazer queimadas é difícil, acho que direito não temos, mais acaba sendo o jeito”. Pode-se observar que a necessidade e os costumes no modo de vida influenciam a relação ser humano-ambiente.

Para essa situação vemos a importância de se apresentar no novo espaço de vivência, novos meios voltados a sustentabilidade, falar que existe alternativas ao uso do fogo e desmatamento para agricultura e para conservação de outras áreas. Vasconcelos *et al.* (2013) traz práticas agroecológicas que estão mudando a vida de uma comunidade no Ceará, ações que incluem a exclusão do uso do fogo, a ausência de desmatamentos, uma redução no uso de agrotóxicos e adubos químicos, e o uso da adubação orgânica. Existe também várias experiências desenvolvidas pela Embrapa, a exemplo, dos sistemas agroflorestais, integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF), entre outras.

Com a pesquisa foi visto que cursos de capacitação inclusos pelo projeto no PBA já começaram a acontecer na comunidade, porém não se teve muito acolhimento dos moradores, a participação deles foi em minoria, o que sugere que os reassentados não se sentem motivados a participarem por não veem perspectiva de mudanças na sua realidade. É importante frisar que o objetivo principal do PEA é capacitar representantes da comunidade com base nos princípios básicos da Educação Ambiental proposto na Conferência de Tbilisi e da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999) (Brasil, 1999)

### 3. *Transferências e Convivência na Comunidade*

Questionou-se aos entrevistados sobre o acesso a água, o que mudou de onde eles viviam para onde residem atualmente (Tabela 08), a diferença mais vista foi que antigamente os moradores tinham acesso a água através principalmente de cacimba (75%) e depois que foram reassentados na comunidade o principal acesso passou a ser do açude da associação (58,33%) e algumas pessoas cavaram poços artesianos (41,67%), o que preocupa, pois o uso indiscriminado de poços artesianos, muitas vezes, assemelha-se a uma estratégia de combate ao fenômeno seca, no entanto pode trazer riscos/consequências quando ocorre a utilização descontrolada desta tecnologia, a destacar a exaustão dos reservatórios subterrâneos, quando as retiradas ultrapassam as recargas naturais acarretam o aumento da salinização pela concentração de sais, a contaminação, entre outras. De acordo com Villar (2008) a utilização exagerada de águas subterrâneas, sem a busca de fontes alternativas, compromete sua viabilidade futura.

O que chama atenção é que o uso das cisternas não foi citado, apesar de ser uma tecnologia social de acesso a água. Em outro questionamento adiante será possível visualizar que apenas três pessoas possuem cisterna em casa, sendo uma cisterna de placa

feita por conta própria e duas cisternas de polietileno trazidas pelos moradores ainda da antiga moradia, porém não fazem uso de carro pipa para enchê-las de água, a opção de carro pipa foi pouco citada apenas 4,17% fazia uso antes e agora é visto que ninguém faz uso de carro pipa. De acordo com Almeida (2019) em virtude das obras da Transposição do Rio São Francisco, o abastecimento das VPR é feito por meio de carros pipa, porém isso não foi comprovado nessa pesquisa.

**Tabela 08-** Análise das respostas dos moradores da VPR Quixeramobim em relação ao acesso a água antes e depois da PISF.

CATEGORIA DE ANÁLISE	Antes da VPR		Depois da VPR	
	FA	FR (%)	FA	FR (%)
Carro pipa	1	4,17	-	-
Cacimba	18	75,00	-	-
Poço artesiano	5	20,83	10	41,67
Açude	-	-	14	58,33
<b>Σ=</b>	<b>24</b>	<b>100</b>	<b>24</b>	<b>100</b>

(FA= Frequência Absoluta/ FR= Frequência Relativa / Σ= Somatório de categoria) **Fonte:** dados da pesquisa, 2020.

Gonçalves (2014) aborda algumas diretrizes do PISF onde está disposto que as comunidades reassentadas iriam receber água através de uma adutora, que até hoje não foi feita. Com este impasse questionou-se aos moradores sobre a distribuição de água atualmente, se consideram correto ou errado.

Segundo o presidente da associação, hoje a comunidade se beneficia de uma água que vem do chamado “Açude da Associação” situada no sitio Antas II próximo a comunidade, açude este que também é utilizado para banhos turísticos e para dar água a animais. A comunidade não dispõe de uma estação de tratamento, a água vem direto para uma caixa de água onde se coloca cloro e apenas algumas vezes um produto a base da mistura de Hidróxido de Sódio e Policloreto de Alumínio, com a finalidade de uma maior purificação da água, e que é comprado pelos próprios moradores. Sobre isto, 30% dos moradores afirmaram achar correto o modo atual que a água é liberada, enquanto 62% disseram ser errado, como enfatiza a preocupação de um reassentado:

“Num existi tratamento né, tanta gente que tá bebendo essa água sem ser tratada, o pessoal lá de cima joga veneno (agrotóxicos nos roçados) e essa água vai descendo (pra dentro do açude que abastece a comunidade), a gente bebe e cozinha com essa água que vem do açude, é uma coisa que você tá só se prejudicando, só talvez arrumando doença (Moradora, 49 anos).

Outra preocupação acerca dessa distribuição é levantada na fala de uma moradora que diz: “Porque assim, foi feito provisório, de um lugar que uma hora seca, e aí como vai ser?” (Moradora, 33 anos). A moradora se preocupa, pois, a seca na região faz com que os açudes sequem logo. Os outros 8% dos entrevistados não souberam responder a tal questionamento. Lucena *et al.* (2013) alerta sobre os males que a água com um mal tratamento pode causar, como diarreias, cólera entre outras. Para o autor o problema do acesso à água deve ser visto como questão de saúde pública, sendo de responsabilidade social, em que o meio político deve se basear para assumir suas obrigações sanitárias para com as populações humanas.

Questionou-se aos reassentados quais os impactos positivos trazidos pela integração sobre o ponto de vista da vivência deles (Tabela 09). Com a análise das falas percebeu-se que 27,70% enxerga como maior vantagem passar a ser proprietário de casa e 26,15% ser proprietário de terras, pois muitos deles viviam de favor em propriedades e moradias pertencentes a outros. Um percentual de 18,46% que também é válido se destacar compreende alguns moradores que se agarram na realização do sonho que um dia a água vai chegar na comunidade, exatamente como é dito no projeto, onde acredita-se que o sertão vai virar mar de fartura banhado pelas águas do rio São Francisco.

Guerra (2015) traz que o Relatório de Impactos Ambientais apresentou 44 impactos socioambientais causados pelo PISF, onde 23 impactos são classificados de maior magnitude, destes 11 são positivos e 12 negativos. Com a pesquisa é visto que os pontos positivos relatados pelos moradores se diferem dos pontos positivos citados no RIMA.

**Tabela 09-**Análise das respostas dos moradores da VPR Quixeramobim sobre os impactos positivos trazidos pelos PISF.

<b>Categorias de análise</b>	<b>Unidades de contexto</b>	<b>FA</b>	<b>FR (%)</b>
Ganhar as terras	“Poder trabalhar em cima do que é meu” (Morador, 57 anos)	17	26,15
Ganhar as casas	“Vivia de favores e hoje tem seu lugarzinho” (Moradora, 27 anos)	18	27,70
Receber a Verba de Manutenção Temporária (VMT)	“Receber a verba que a gente recebe, ta ajudando” (Morador, 32 anos)	3	4,61
Possível chegada das águas	“Só em saber, mesmo que eu num chegue a alcançar, que vai ter água favorave para todos da vila já é uma coisa maravilhosa” (Moradora, 55 anos)	12	18,46
Agregar os familiares no mesmo local	“Uniu as famílias distantes” (Moradora, 37 anos)	5	7,70
Transporte escolar	“Aqui o ônibus passa na porta e lá era de pé” (Morador, 19 anos)	1	1,53
Escola	“Aqui a escola ´perto de casa” (Moradora, 43 anos)	3	4,61

Não souber responder	-	6	9,24
		<b>Σ=</b>	<b>65 100</b>

(FA= Frequência Absoluta/ FR= Frequência Relativa/ Σ= Somatório de categoria) **Fonte:** dados da pesquisa, 2020.

Outra inquietação consistiu em saber sobre o que mudou no tocante a criação de animais de onde eles viviam para onde residem atualmente. Nesse quesito levou-se em consideração o total de residências em que foram feitas as entrevistas, sendo estas 24 famílias ao todo. Das mudanças mais citadas eles relatam que antes podiam criar animais soltos (50%), outra mudança foi em relação a restrição para criar alguns animais (16,67%), enquanto 8,33% reclamaram que os terrenos para criação se encontram distantes das moradias o que dificultou bastante. Os relatos obtidos evidenciam mudanças no modo de vida dos moradores que foram obrigados a se adaptar as novas formas de criação (Tabela 10).

**Tabela 10-** Análise das respostas dos moradores da VPR Quixeramobim em relação ao que mudou no tocante a criação de animais de onde viviam para onde residem atualmente.

<b>Categorias de análise</b>	<b>Unidades de contexto</b>	<b>FA</b>	<b>FR (%)</b>
Espécies de animais restritas	“Tem uma certa limitação né, alguns animais não podem ser criados, e tem que ter um certo cuidado pros animais não tá perturbando os vizim” (Morador, 22 anos)	4	16,67
Terrenos longe para fazer criatório	“O terreno é muito longe ruim pra criar” (Moradora, 64 anos)	2	8,33
Criar animais soltos	“Tem que criar tudo preso, pra quem não ta acostumado é difícil” (Moradora, 27 anos)	12	50,00
Nada	-	6	25,00
		<b>Σ=</b>	<b>24 100</b>

(FA= Frequência Absoluta/ FR= Frequência Relativa/ Σ= Somatório de categoria) **Fonte:** dados da pesquisa, 2020.

Outro questionamento feito as 24 famílias realocados foi já estavam fazendo algum uso dos lotes de terras recebidos. Em relação aos lotes irrigáveis, 100% dos entrevistados relatou não fazer uso ainda, pois a área com a estrutura para irrigação ainda não foi entregue pelo projeto. Referente aos lotes sequeiros um percentual de 87% dos entrevistados afirmou que já utilizam para plantação de milho, feijão, fava e capim. Dos 13% que relataram não fazer uso da terra até o devido momento, deu-se a justificativa de que faltava cercar a área.

Quando se questionou aos moradores, se já estavam adaptados com a nova vida na comunidade, 88% afirmaram que “Sim”, pois buscaram melhorias como cavar poços, fazer cercados adaptados as condições do lugar para criação de animais, construção de

pequenos açudes, usando a água para lavar roupas e outros afazeres domésticos e também para dar água de beber a animais, entre outras adaptações para não sofrer tanto na região e assim tentar se adaptar mais rápido no novo local de moradia. Os outros 12% disseram não estarem acostumados, por ser diferente de onde moravam antigamente e ainda sentirem saudades de onde residiam, realçando assim muito do sentimento de não pertencimento e a vontade de retornar, dificultando cada vez mais o processo de reterritorialização. Gonçalves (2014) menciona a importância de ver que teve famílias realocadas que viveram gerações no local ao quais foram expropriados, e isso dificulta estes a se acostumarem com novos costumes deixando de lado o passado.

Outro questionamento levantado foi sobre o que poderia mudar na comunidade pensando na melhoria do modo de vida (Tabela 11). O que mais se destacou foi que 16% dos moradores querem ter mais oportunidade de emprego na comunidade, pois até então a agricultura é visto como o maior meio de sobrevivência na região, 12% fala da necessidade de se ter água tratada e 12% dos moradores atentam para o desejo que na comunidade sejam criadas cooperativas com incentivos e recursos para poder investir em outros meios de trabalho, o que se destaca como uma busca dos moradores a estratégias de convivência com o novo lugar.

Entre as melhorias apontadas pelos moradores, destaca-se a criação de cooperativas, que segundo Lins et al. (2018) pode melhorar a vida dos reassentados e a relação deles com o ambiente, ao estabelecer melhorias sociais, econômicas e ambientais para a região, a exemplo da Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá (COOPERCUC), que reúne grupos produtivos e gera sustentabilidade para as comunidades do território do sertão do São Francisco, região semiárida da Bahia.

**Tabela 11-** Análise das respostas dos moradores da VPR Quixeramobim em relação ao que acha que poderia melhorar na comunidade pensando na melhoria do modo de vida.

<b>Categorias de análise</b>	<b>Unidades de contexto</b>	<b>FA</b>	<b>FR (%)</b>
Mais autonomia	“A liberdade que a gente tinha lá, aqui a gente num tem” (Morador, 50 anos)	1	2,00
Posto policial	“Primeiramente um posto policial, pra segurança” (Moradora, 43 anos)	1	2,00
Terreno irrigado	“Pra melhorar as condições, ter seu sustento suficiente pra manter a vida” (Morador, 47 anos)	2	4,00
Água tratada	“Se a água fosse do jeito certo como tinha que ser, melhorava a vida” (Moradora, 25 anos)	6	12,00
Cooperativas	“Se a associação conseguisse algum recurso através de projeto pra poder investir em alguma coisa” (Morador, 22 anos)	6	12,00

Boas estradas	“Ter uma estrada boa de acesso a pista” (Morador, 67 anos)	4	8,00
Projeto de cisternas	“Semana passada faltou energia passamo um aperto com água, uma cisterna só pra beber, era importante” (Morador, 77 anos)	3	6,00
Emprego	“Aqui não tem opção para se trabalhar” (Moradora, 25 anos)	13	16,00
Mercado	“Tivesse um mercadinho, pra comprar as coisas” (Moradora, 64 anos)	3	6,00
Capela	“Ter uma capela, seria muito bom” (Moradora, 57 anos)	4	8,00
Não souber responder	-	7	14,00
		$\Sigma=$	50 100

(FA= Frequência Absoluta/ FR= Frequência Relativa/  $\Sigma$ = Somatório de categoria) **Fonte:** dados da pesquisa, 2020.

Outro questionamento levantado foi se os moradores acreditavam que integração modificou muito o seu modo de vida, onde 90% afirmaram que “Sim”, enquanto 6% afirmaram que “Não” 4% não souberam responder.

Para os moradores que relataram que o PISF modificou o seu modo de vida, a maioria (44%) destaca a aquisição da casa própria e a aquisição de terras, outros percebem a mudança, mas não consegue descreve-las (38%), e em menor frequência, relataram a aproximação de familiares (10%), saída do lugar onde viviam (8%), aspectos religiosos e sociais (6%), e recebimento de verba de manutenção temporária (VMT) (4%).

Perguntou-se também aos moradores sobre que meios eles já desenvolveram após chegar na comunidade para melhorar a convivência com o local (semiárido), 28,12% disseram terem cavado poços artesianos para utilizar água para beber, já que a água que a comunidade dispõe não é tratada, e também para ajudar em tempos de maiores crises hídricas, pois nestes tempos chega pouca água na residência vinda do açude, enquanto 18,75% construíram pequenos açudes para ajudar no abastecimento de água e para ajudar na criação de animais, 18,75% construíram quintas para criação de animais para ajudar na renda e na alimentação, 9,38% usa a tecnologia de acesso a água de cisternas e 25% não fez nada ainda para ajudar na convivência com o SAB (Tabela 12).

Com isto, percebe-se que os moradores associam a convivência em sua maioria apenas a questões hídricas e, mesmo assim, demonstram não conhecer outras estratégias de convivência. Nesse aspecto é relevante explorar algumas tecnologias de convivência com o semiárido, que não se resume apenas nas citadas pela comunidade. Sobre isto Ximenes, Silva & Brito (2019) relatam a importância de se trabalhar com os aspectos naturais, e citam algumas estratégias como, a captação e uso de água de chuva em cisternas, inclusive pouco citado pelos moradores, as alternativas forrageiras, o uso de espécies vegetais alimentares, e o extrativismo sustentável. .



Através da pesquisa percebemos na comunidade pouca vontade de aprender e de se reestabelecer de maneira mais harmônica no novo espaço com uma boa convivência com a natureza. Podemos constatar isso em um momento ocorrido na VPR proporcionado pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), que segundo uma moradora, 37 anos, proporcionou um curso de capacitação aberto para toda comunidade, onde este envolvia ensino de cultivo de hortas de maneira sustentável, aprendendo a fazer biofertilizantes usando cebola, alho, angico, ensinamentos para se ter um sistema de gotejamento com reaproveitamento de água. A moradora relata a seguinte insatisfação com a comunidade: “Home o povo aqui não querem aprender nada não, uma vila desse tamanho tanta gente e apenas umas 10 pessoas foram todo o curso”.

Segundo Almeida (2019) ocorreu outro momento envolvendo a capacitação dos moradores, no curso de capacitação em planejamento, desenvolvido também pela UNIVASF para as lideranças que representavam as 18 vilas produtivas rurais, onde essa capacitação se deu em torno de discussões, oficinas, vivências e debates. Santos (2019) diz que este englobou diferentes temas como:

Processos socioprodutivos, ambientais e organizacionais das VPRs; diagnósticos e planejamentos participativos comunitários; sistematização e troca de experiências entre moradores das VPRs; diversidade e características das organizações sociais comunitárias; sistemas integrados na produção da segurança alimentar, ocupação e geração de renda no Semiárido; sustentabilidade socioambiental e a importância da proteção das áreas de preservação ambiental e área de preservação permanente de acordo com a legislação ambiental vigente.

Com isto, embora o projeto já tenha tido uma iniciativa no sentido de acompanhar e orientar as comunidades, ainda que de forma tardia, com a finalidade de desenvolver nas VPRs alternativas de produção sustentável e geração de autonomia adaptativa dos realocados, é visto até hoje que existe fragilidade de sua aplicação, já que na comunidade de estudo, não foi visto desenvolvimento dessas ações, o que pode apresentar falta de interesse dos reassentados ou a dificuldade de aplicabilidade das ações na comunidade, seja por falta de suporte e acompanhamento técnico ou capacitação adequada ao contexto socioeconômico e ambiental onde a VPR e os reassentados estão inseridos.

**Tabela 12-** Análise das respostas dos moradores da VPR Quixeramobim em relação aos meios que já desenvolveu após chegar na comunidade para melhorar a convivência com o local.

<b>Categorias de análise</b>	<b>FA</b>	<b>FR (%)</b>
Poço artesiano	9	28,12
Açude	6	18,75
Cercado para animais	6	18,75
Cisterna	3	9,38
Nenhuma	8	25,00

$\Sigma=$	<b>32</b>	<b>100</b>
-----------	-----------	------------

(FA= Frequência Absoluta/ FR= Frequência Relativa/  $\Sigma=$  Somatório de categoria) **Fonte:** dados da pesquisa, 2020.

Indagou-se aos moradores da VPR quanto as oportunidades de emprego vistas na comunidade. Com a entrevista percebe-se 46% dos reassentados enxergarem a agricultura como único meio de trabalho no momento, considerando que a agricultura não desempenha apenas o desenvolvimento econômico, mas social, cultural, ambiental, como propõe o paradigma para convivência com o Semiárido, mostra-se importante discutir o papel da agricultura numa perspectiva da produção sustentável, e também como forma de assegurar o protagonismo social, a autonomia e a qualidade de vida da população. Segundo Lourenço *et al.* (2016) é importante ter enfoque na agroecologia, que visa o manejo dos recursos naturais revendo as formas degradantes de produção agrícola não deixando de apoiar o desenvolvimento rural sustentável.

Por outro lado, 42% dos reassentados afirmaram que a VPR não possui nenhuma oportunidade de emprego ou desenvolvimento econômico, o que corrobora com a pesquisa realizada por Lima (2005), ao qual afirma que a perda do vínculo com a terra junto com o processo de perda de identidade ocasionado pela migração pode acarretar numa barreira mental que impede de enxergar oportunidades de trabalho ou meios alternativos para o desenvolvimento adaptativo no novo local de moradia. As demais oportunidades citadas encontram-se na tabela 13.

**Tabela 13-** Análise das respostas dos moradores da VPR Quixeramobim em relação a quais são as oportunidades de trabalho na sua comunidade.

Categorias de análise	FA	FR (%)
Agricultura	23	46,00
Construção	1	2,00
Diarista	1	2,00
Horta	1	2,00
Nenhuma	3	6,00
Não soube responder	21	42,00
$\Sigma=$	<b>50</b>	<b>100</b>

(FA= Frequência Absoluta/ FR= Frequência Relativa/  $\Sigma=$  Somatório de categoria) **Fonte:** dados da pesquisa, 2020.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo possibilitou trazer à tona as representações dos moradores relocados pela PISF, os impactos e adaptações no processo de reterritorialização, bem como as consequências de políticas públicas ineficientes e assentadas em contingência de combate à seca, que interfere no processo de bem estar da comunidade, e na relação do

ser humano com o semiárido, no que tange a convivência e sustentabilidade lócus-regional.

No tocante as relações que envolvem meios de sobrevivência com o manejo sustentável do meio ambiente, conclui-se que os reassentados tem consciência dos impactos ambientais que ocorrem na VPR, todavia, uma maioria destes não conseguem enxergar as implicações na relação ser humano, sociedade e ambiente em suas múltiplas dimensões (sociais, ambientais, culturais e éticas).

No que diz respeito ao fenômeno da seca e o convivência com o semiárido, nota-se que os reassentados possuem clareza quando se fala dos danos que a seca pode acarretar, porém não se mostram em condições de pensarem e/ou desenvolverem alternativas para melhorar a convivência com o Semiárido, o que pode ser motivado pela ausência de ações ou estratégias de formação e/ou capacitação baseado numa perspectiva crítica e participativa dos reassentados.

O processo de adaptação e reterritorialização dos reassentados do PISF na VPR está condicionado a diversos fatores de ordem ambiental (queimada, desmatamento) social (perda de identidade e do lugar de origem), econômica (falta de oportunidades de emprego), cultural (hábito, costumes e estilos de vida).

A adaptação dos moradores relocados pelo PISF ocorre em um contexto em que não se compreende a lógica, anseios e perspectivas dos moradores relocados pelo projeto, o que dificulta pensar e materializar ações de intervenção nos moldes da convivência com o semiárido brasileiro.

As ações afirmadas pelo PISF, a exemplo dos lotes irrigados, não conseguiram ser implantados na VPR, os projetos de capacitação desenvolvidos na comunidade não possibilitaram a motivação e a participação dos moradores, e as estratégias de adaptação e convivência na VPR não conseguiram desenvolver o empoderamento da comunidade, bem como a sustentabilidade local.

Espera-se que este estudo possa contribuir para a reflexão do poder público e da comunidade sobre a necessidade da realização de práticas socioambientais baseado no paradigma da convivência com o semiárido e, também, da necessidade da realização de processos formativos contextualizado, o que ao nosso olhar poderá criar os meios adaptativos necessários para a ressignificação simbólico-cultural de pertencimento do novo lugar, como, também, o empoderamento dos reassentados a partir de participação e da problematização da realidade objetiva e subjetividade (anseios, expectativas) da comunidade

Deve ficar claro que esta pesquisa não buscou esgotar a abordagem sobre este tema em questão. Devido a amplitude do fenômeno, buscou-se justamente o contrário, uma abertura para que futuras pesquisas possam ser realizadas e aprofundadas, que possam vir a contribuir com o conhecimento científico e com as comunidades locais.

### **Referências**

Albuquerque, A. D.; Gonçalves, C. D. B.; Sousa, C. M. de. Desafios e perspectivas da implantação do projeto de integração do rio São Francisco no semiárido paraibano sob a ótica da justiça ambiental. *Revista eletrônica Qualitas*, 14 (2), 1-12, 2013. Disponível em: <http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/download/1811/985>

Almeida, L. F. de S. Por uma justiça territorial? O projeto de integração do rio São Francisco – escalas agentes e ações. In: *XIII ENANPE – A Geografia brasileira na ciências-mundo: Produção, circulação e apropriação dos conhecimentos*. São Paulo, 2 a 7 set., 2019.

Alves, J. J. A.; Nascimento, S. S. do. Transposição do rio São Francisco: (des)caminhos para o semi-árido do Nordeste brasileiro. *Revista Espaço Acadêmico*, 9 (99), 1-7, 2009.  
Anjos, P. dos. *Cartilha agroecológica de produção familiar*. Parnaíba: CERAC, 1. ed., 2009.

Anziliero, D. M. *A importância da preservação de áreas naturais para a biodiversidade e sustentabilidade ambiental*. Rio Grande do Sul – Monografia (Curso de Especialização em Educação Ambiental) - UFSM, 2014.

Baptista, N. de Q.; Campos, C. H. A convivência com o Semiárido e suas potencialidades. In: Conti, I. L.; Schroeder, E. O. (Orgs.). *Convivência com o Semiárido Brasileiro autonomia e protagonismo social*. Brasília: Editora IABS, 2013.

Bardin, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 4. ed., 2010.

Bezerra, M. B. *Análise dos Impactos Ambientais Causados pelo Projeto de Integração do Rio São Francisco na Região do Povoado de Boa Vista, Município de São José De Piranhas, Paraíba*. Cajazeiras, Monografia (Graduação licenciatura Geografia) - UFCG, 2015.

Borba, F. R. Análise do crime ambiental. *Planeta Amazônia: Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas*, 7, 35-47, 2015. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/planeta/article/view/1982>

Brasil - Ministério da Integração Nacional. *Relatório de Impacto Ambiental – RIMA. Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional*. 2004. Disponível em: <http://www.cprh.pe.gov.br/downloads/rima/rimaagreste.pdf>. Acesso em: set. 2020.

Brasil. *Lei nº 12.349/2012* de 25 maio 2012. Institui a Lei de código florestal, Brasília: DOU de 28/05/2012.

Brasil. *Lei nº 9.127/1998* de 12 fev. 1998. Institui a Lei de Crimes Ambientais, Brasília: DOU de 13/02/1998.

Brasil. *Lei nº 9.795/1999*, 27 abril 1999. Institui a Política Nacional de Educação Ambiental, Brasília: DOU de 28/04/1999.

Brasil. *Lei, nº 12.302* ago. 2010. Institui a Lei de Política Nacional de Resíduos Sólidos, Brasília: DOU de 03/08/2010.

Buarque, S. M.; Campelo, I. A espera da água: Uma viagem pelas vilas rurais da transposição do velho chico. *Eco Nordeste*, 2020. Disponível em: <https://agenciaeconordeste.com.br/a-espera-da-agua-uma-viagem-pelas-vilas-rurais-da-transposicao-do-velho-chico/>

Conti, I. L.; Schroeder, E. O. *Convivência com o Semiárido Brasileiro: A Economia e Protagonismo Social*. Brasília: Editora IABS, 2013.

Dictoro, V. P.; Hanai, Y. F. A Percepção dos impactos socioambientais no Rio São Francisco sob a ótica dos ribeirinhos e moradores locais de Pirapora-MG. *Revista Raega*, 40, 195-210, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/46307>

Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/7707>

Fearnside, P. M. Desmatamento na Amazônia brasileira: história, índices e consequências. *Revista Megadiversidade*, 1(1), 1-11, 2005. Disponível em: [http://philip.inpa.gov.br/publ\\_livres/2005/Desmatamento%20historiaMegadiversidade.pdf](http://philip.inpa.gov.br/publ_livres/2005/Desmatamento%20historiaMegadiversidade.pdf)

Feitosa, T. S.; Farias, J. L. de S.; Paiva, F. E. F.; Souza, H. A. de. Pompeou, R. C. F. F. Caracterização das atividades agropecuárias da comunidade rural São Francisco no município de Sobral-CE. In: *Simpósio brasileiro de recursos naturais do semiárido-sbrns, 1. Pesquisa e transferência de tecnologia contextualizada ao Semiárido*. Iguatu: 2013.

Gonçalves, C. D. B. *Impactos, Conflitos e Tensões do Projeto de Integração do Rio São Francisco no Município de São José De Piranhas/Pb*. Campina Grande, Dissertação (Pós-Graduação e Pesquisa em Desenvolvimento Regional) - UFCG, 2014.

GONÇALVES, C. D. B.; SOUSA, C. M. de. Os Impactos Socioambientais Sobre Populações Locais: Uma Análise Das Consequências do Projeto De Integração do Rio São Francisco em São José De Piranhas-PB. *Revista Regionalização- Repercussões no território*, 2015. Disponível em: [https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/view/13285/2\\_451](https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/view/13285/2_451)

Gonçalves, K. dos S.; Castro, A. de.; Hacon, S. de S. As queimadas na região amazônica e o adoecimento respiratório. *Revista Ciência e Saúde coletiva*, 17(6), 2012. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232012000600016](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232012000600016)

Guerra, J. de S. *Indicadores ambientais do programa de reassentamento das populações beneficiadas pela transposição do rio São Francisco: análise da efetivação*. Cajazeiras, Monografia (Licenciado em Ciências Biológicas) - UFCG, 2017.

Haesbaert, R. Da Desterritorialização à Multiterritorialidade. In: *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*. São Paulo, 20 a 26 de mar., 2005.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Cidades*, 2020. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/sao-jose-de-piranhas/panorama>>. Acesso em: set. 2020.

Lima, L. C. Além das águas, a discussão no nordeste do rio São Francisco. *Revista do Departamento de Geografia*, 17, 94-100, 2005. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/47277>

Lins, L. S. C.; Silva, B. E. C. da.; Martins, I. P.; Santiago, A. M. dos S. Desenvolvimento sustentável no semiárido: a experiência da cooperativa agropecuária familiar de Curaçá, uauá e canudos -COOPERCUC. In: *Ação, Empreendedorismo e Inovação*. Petrolina: Atena, p.168-182, 2018.

Lourenço, A. V.; Reis, C. M. dos. Volkmer, G.; Witt, J. R.; Carvalho, N. F. de. Desenvolvimento sustentável e agroecologia. In: Soglio, F. D.; Kubo, R. R. (Orgs.). *Desenvolvimento, agricultura e sustentabilidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 206, 2016.

Lucena, R. G. R. de. Razzolini, M. T. P.; Menezes, L. M. B. de.; Marques, R. A. de A.; Narvai, P. C. Significados da água na visão de lideranças de saúde. *Revista Saúde e Sociedade*, 22(4), 1193-1204, 2013. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010412902013000400020&lng=en&nrm=iso](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010412902013000400020&lng=en&nrm=iso)

Marconi, M. de A.; Lakatos. E.M. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 5. Ed., 2003.

MIN - Ministério da integração nacional. *Projeto de integração do rio São Francisco*, 2018. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento/download/b965ac3d-856e-4a01-9933-a2288d0eca19>>. Acesso em: nov. 2020.

Morais, C. F. de. *Análise das dinâmicas sócio-espaciais com as obras de Transposição do rio São Francisco no Sítio Cacaré em São José de Piranhas-PB*. Cajazeiras, Monografia (Graduação licenciatura em Geografia) - UFCG, 2018.

Oliveira, M. L. de. *Caracterização dos impactos sócio – ambientais no entorno do aterro controlado de jardim gramacho, município de duque de Caxias / RJ Duque de Caxias*, Monografia (Graduação em Geografia) - UERJ, 2007.

Paula, E. M. S. de.; Silva, E. V. da.; Gorarayeb, A. Percepção Ambiental e dinâmica geocológica: premissas para o planejamento e gestão ambiental. *Revista Sociedade e natureza*, 26(3), 511-518, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sn/v26n3/0103-1570-sn-26-3-0511.pdf>.

Pereira, W. J. *Transposição das águas do velho chico e a produção de feijão: percepção dos reassentados da VPR Lafayette*. Sumé, Monografia (Graduação de Tecnologia em Agroecologia) - UFCG, 2016.

Prodanov, C. C. Freitas, E. C. de. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. Novo Hamburgo: Feevale, 2. ed., 2013.

Rolim, M. E. C. de S. *Resgate cultural da de São José de Piranhas-PB*. Monografia (Especialização em fundamentos da educação) - UEPB, 2014.

Santos, M. Univasf promove capacitação para representantes de Vilas Produtivas Rurais do Projeto de Integração do Rio São Francisco. *Site UNIVASF* 2019. Disponível em: <<https://portais.univasf.edu.br/noticias/univasf-promove-capacitacao-para-representantes-de-vilas-produtivas-rurais-do-projeto-de-integracao-do-rio-sao-francisco>>. Acesso em: nov. 2020.

Silva, E. L.; Menezes, E. M. A pesquisa e suas classificações. *In: Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação*. Florianópolis: UFSC, p. 19-23, 2005.

Silva, F. V. da. *Dinâmicas Migratórias de Trabalhadores de São José De Piranhas-Paraíba, para o Corte de Cana-De-Açúcar no Sudeste Brasileiro*. Cajazeiras, Monografia (Graduação licenciatura em Geografia) - UFCG, 2018.

Silva, R. C. B. da. *A participação social como estratégia de desenvolvimento local sustentável: estudo do reassentamento da vila produtiva rural VPR negreiros, no projeto da transposição do rio São Francisco*. Dissertação (Gestão Ambiental) - IFPE, 2015.

Silva, R. M. A. da. Entre Dois Paradigmas: Combate À Seca e Convivência com o Semi-Árido. *Revista Sociedade e Estado*, 18(1), 339-360, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v18n1-2/v18n1a16.pdf>

Silva, R. M. A. da. *Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semi-Árido: Transições Paradigmáticas E Sustentabilidade Do Desenvolvimento*. Brasília, Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável, área de concentração em Política e Gestão Ambiental) – Universidade de Brasília centro de desenvolvimento sustentável, 2006.

Soares, A. M. *Aliação do Gerenciamento de Resíduos Sólidos Através do Sistema de Indicadores de Sustentabilidade Pressão-Estado-Impacto-Resposta (PEIRA) Município de Nazarezinho - PB*. Cajazeiras, Monografia (Licenciatura em Ciências Biológicas) – UFCG, 2017.

Troleis, A. L.; Silva, B. L. da. Do Polígono das Secas à Vulnerabilidade ao Colapso Hídrico: Uma Análise do Território do Rio Grande do Norte. *Revista GeoSertões (Unageo/CFP UFCG)* 3(5), 2018. Disponível em: <http://revistas.ufcg.edu.br/cfp/index.php/geosertoes/article/view/524>

Tuan, Y. F. *Tópica: um estudo da percepção, atitudes, e valores do meio ambiente*. Tradução: Lívia de Andrade. Lomdrina: Edeal, 2015.

Vasconcelos, J. M. G.; Mourão, A. E. B.; Cavalcante, C. R.; Franco, F.S. Práticas agroecológicas de convivência com semiárido adotadas por agricultores familiares no sertão cearense. *In: I Simpósio Brasileiro de Recursos Naturais do Semiárido-SBRNS*. Iguatu, 22 a 24 maio, 2013.

Villar, P. C. *Gestão das áreas de recarga do aquífero guarani: o caso do município de ribeirão preto, São Paulo*. São Paulo, Dissertação (Mestrado em ciências ambientais) - USP, 2008.

Ximenes, L. F.; Brito, L. T. de.; Silva, M. S. L. da. *Tecnologias de Convivência com o Semiárido*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2019.



## APÊNDICES

**Apêndice A- Roteiro aplicado com os moradores**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE -UFCG  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES - CFP  
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA – UACEN  
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**

**ROTEIRO A SER APLICADO COM OS MORADORES DA  
COMUNIDADE**

Idade: \_\_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_

01. Escolaridade?
02. Quais são as oportunidades de trabalho na sua comunidade?
03. Sobre o acesso a água o que mudou de onde vivia para onde reside atualmente?
04. Sobre a distribuição de água, você considera correto?
05. Sobre criações de animais o que mudou de onde vivia para onde reside atualmente?
06. Que meios você já desenvolveu após chegar na comunidade para melhorar a convivência com o local (semiárido)?
07. Você acredita que a integração modificou muito o seu modo de vida? O que mudou?
08. As suas expectativas para viver nesse novo local foram correspondidas?
09. Quais os impactos positivos que você enxerga sobre o Projeto de Integração do São Francisco?
10. Quais os impactos negativos que você enxerga sobre o Projeto de Integração do São Francisco?
11. O que você acha que poderia melhorar na comunidade pensando na melhoria do modo de vida?
12. Você acredita que as pessoas têm o direito de modificar o ambiente natural para suprir as suas necessidades?

13. O que você tem a falar sobre a perda de vínculo com sua a terra, após o Projeto de Integração do São Francisco?
14. Existem muitas queimadas e desmatamentos ao redor da comunidade? O que você acha sobre elas?
15. As queimadas e desmatamentos prejudica o meio ambiente? e a qualidade de vida da comunidade? Porquê?
16. Na nova comunidade quase não existem árvores frutíferas. O que você acha sobre isso?
17. Você acha importante a área de conservação ambiental da comunidade, por quê?
18. Quais os problemas ambientais que você enxerga na comunidade e quais considera mais preocupante?
19. Sobre os lotes de terra recebido você está fazendo uso? Se Sim de que forma? Se não por quê?
20. Em relação ao lixo, o que mudou de onde você morava para o novo local onde vivi atualmente?
21. Você já está adaptado com a nova vida na comunidade? O que você fez para se adaptar à nova região? Se não, porque?
22. Se você pudesse retornar a antiga comunidade você retornaria? Por quê?

**ANEXOS**

## Anexo A – Normas de publicação na revista Desenvolvimento e Meio Ambiente (DMA)

# DIRETRIZES PARA AUTORES

Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente (DMA)

Objetivo do Documento

O objetivo deste documento é estabelecer as normas de publicação para a revista *Desenvolvimento e Meio Ambiente (DMA)*. Este documento define as regras para a submissão, avaliação, aceitação e publicação de artigos. Os autores devem seguir rigorosamente estas diretrizes para garantir a qualidade e a integridade do processo de publicação. O documento também aborda aspectos técnicos, como formatação, referências e prazos.

Objetivo do Documento

O objetivo deste documento é estabelecer as normas de publicação para a revista *Desenvolvimento e Meio Ambiente (DMA)*. Este documento define as regras para a submissão, avaliação, aceitação e publicação de artigos. Os autores devem seguir rigorosamente estas diretrizes para garantir a qualidade e a integridade do processo de publicação. O documento também aborda aspectos técnicos, como formatação, referências e prazos.

**São aceitos: (i) artigos originais e de revisão; (ii) ensaios; e (iii) resenhas de livros publicados recentemente.**

Este documento estabelece as normas de publicação para a revista *Desenvolvimento e Meio Ambiente (DMA)*. Os autores devem seguir rigorosamente estas diretrizes para garantir a qualidade e a integridade do processo de publicação. O documento também aborda aspectos técnicos, como formatação, referências e prazos.

Este documento estabelece as normas de publicação para a revista *Desenvolvimento e Meio Ambiente (DMA)*. Os autores devem seguir rigorosamente estas diretrizes para garantir a qualidade e a integridade do processo de publicação. O documento também aborda aspectos técnicos, como formatação, referências e prazos.

Objetivo do Documento

O objetivo deste documento é estabelecer as normas de publicação para a revista *Desenvolvimento e Meio Ambiente (DMA)*. Este documento define as regras para a submissão, avaliação, aceitação e publicação de artigos. Os autores devem seguir rigorosamente estas diretrizes para garantir a qualidade e a integridade do processo de publicação. O documento também aborda aspectos técnicos, como formatação, referências e prazos.

**CADASTRO** de autores deve ser realizado no site [www.revistas.ufpr.br/made](http://www.revistas.ufpr.br/made). O formulário de cadastro deve ser preenchido e enviado para o e-mail **AUTOR** no endereço [revistamade@gmail.com](mailto:revistamade@gmail.com).

Este documento estabelece as normas de publicação para a revista *Desenvolvimento e Meio Ambiente (DMA)*. Os autores devem seguir rigorosamente estas diretrizes para garantir a qualidade e a integridade do processo de publicação. O documento também aborda aspectos técnicos, como formatação, referências e prazos.

Este documento estabelece as normas de publicação para a revista *Desenvolvimento e Meio Ambiente (DMA)*. Os autores devem seguir rigorosamente estas diretrizes para garantir a qualidade e a integridade do processo de publicação. O documento também aborda aspectos técnicos, como formatação, referências e prazos.

**\*não\***



Se o autor não possuir perfil no sistema, deverá criar um perfil antes de submeter o trabalho. Para isso, é necessário preencher os campos de identificação pessoal e acadêmica.

Se o autor não possuir perfil no sistema, deverá criar um perfil antes de submeter o trabalho. Para isso, é necessário preencher os campos de identificação pessoal e acadêmica. **evistamade@gmail.com** é o endereço de e-mail para contato.

Se o autor não possuir perfil no sistema, deverá criar um perfil antes de submeter o trabalho.

Se o autor não possuir perfil no sistema, deverá criar um perfil antes de submeter o trabalho.

Se o autor não possuir perfil no sistema, deverá criar um perfil antes de submeter o trabalho.

Se o autor não possuir perfil no sistema, deverá criar um perfil antes de submeter o trabalho.

Se o autor não possuir perfil no sistema, deverá criar um perfil antes de submeter o trabalho.

**Informar** o nome completo do autor no campo de identificação.

**O(s) nome(s) do(s) autor(es) NÃO deve(m) constar no arquivo do texto a ser submetido e serão inseridos no sistema durante o processo de submissão.**

No “**Passo 3. Metadados da submissão (Indexação)**” do processo de submissão no sistema, as informações devem ser preenchidas para todos os autores.

**Nome, nome do meio e sobrenome** - campo obrigatório para identificação do autor.

**Email** - campo obrigatório para contato com o autor.

**ORCID iD** - campo para identificação acadêmica do autor.

**URL** - campo para identificação do perfil acadêmico do autor.

**Instituição/Afiliação** - campo obrigatório para identificação da instituição de origem do autor.

**País** - campo obrigatório para identificação do país de origem do autor.

**Resumo da Biografia** - campo obrigatório para identificação do autor.

**Idioma** - campo obrigatório para identificação do idioma de origem do autor.

O trabalho deve ser submetido em português, inglês, espanhol e francês, sendo obrigatório título, resumo e palavras-chave na língua original, em português e inglês.

O sistema aceita arquivos em *OpenOffice* e *MS Word*. O formato de fonte deve ser *Times New Roman*. **A DMA não disponibiliza arquivo de layout.**

**tabelas e figuras** - campo obrigatório para identificação do autor.

**Mapas, fotos e gráficos são considerados Figuras e assim devem estar denominados no trabalho.** O trabalho deve conter uma seção de referências bibliográficas.

O trabalho deve conter uma seção de referências bibliográficas. O sistema aceita arquivos em *OpenOffice* e *MS Word*. O formato de fonte deve ser *Times New Roman*. **A DMA não disponibiliza arquivo de layout.**

Recomenda-se fortemente que os autores verifiquem artigos já publicados pela revista quanto à formatação das tabelas e figuras

As seções e subseções dos artigos e ensaios não podem passar de 30 páginas e as resenhas de 5 páginas, incluindo figuras, tabelas e referências

Os artigos e ensaios

Os artigos e ensaios

Os artigos e ensaios

Os artigos e ensaios

Os artigos e ensaios

Os artigos e ensaios

Os artigos e ensaios

As resenhas

As notas de rodapé

Citações e referências

**ATENÇÃO: A DMA possui normas próprias para citações e referências e não utiliza as normas da ABNT**

As citações e referências

As citações e referências

As citações e referências

As citações e referências

As citações e referências

As citações e referências

Citações e referências

As citações e referências

As citações e referências

As citações e referências



Desenvolvimento e Meio Ambiente

Progress in Human Geography

Do

A problemática da conservação ambiental dos terrenos de marinha

Do

Status atual das atividades de projeto no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) no Brasil e no mundo

Do

Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988

Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002

Decreto n.º 5.300, de 7 de dezembro de 2004

Resolução n.º 004, de 18 de setembro de 1985

Do

In Anais do Encontro Anual da ANPOCS

## CONDIÇÕES PARA SUBMISSÃO

revista; caso contrário, justificar em "Comentários ao Editor"

## DECLARAÇÃO DE DIREITO AUTORAL

open access

## POLÍTICA DE PRIVACIDADE

## Anexo B - Declaração de aprovação do projeto pelo CEP



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

---

---

### DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que, o projeto de pesquisa intitulado: **“REPRESENTAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS DE MORADORES RELOCADOS PELO PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO”** com o Certificado de Apresentação para Apreciação Ética-CAEE, nº: 25083719.3.0000.5575, sob responsabilidade do pesquisador **Dr. Hugo da Silva Florentino**, foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa-CEP do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande, em novembro de 2019 e sua execução poderá ser prontamente iniciada.

Cajazeiras - PB, 06 de outubro de 2020

---

Prof. Dr. Paulo Roberto de Medeiros  
Coordenador do CEP/CFP/UFCG  
Mat. SIAPE Nº 1965184